

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 30 de junho de 2021, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 2.272 milhões (31/12/2020 - R\$ 1.542 milhões). O lucro líquido apresentado no semestre de 2021 foi de R\$ 730 milhões (30/06/2020 - R\$ 401 milhões).

Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2021, os ativos totais atingiram R\$ 54.519 milhões (31/12/2020 - R\$ 50.197 milhões). Desse montante, destaca-se, R\$ 50.793 milhões (31/12/2020 - R\$ 48.542 milhões) que são representados por operações de crédito e R\$ 2.168 milhões (31/12/2020 - R\$ 254 milhões) que são representados por títulos e valores mobiliários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Ativo Circulante		25.243.371	22.101.256
Disponibilidades	4 & 16.d	186.189	10.252
Instrumentos Financeiros		23.771.153	20.719.249
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez Títulos e Valores Mobiliários	5	201.292	180.229
Operações de Crédito	6	21.380.727	20.265.880
Outros Ativos Financeiros		20.874	18.797
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6.e	(1.023.637)	(932.788)
Outros Ativos	8	2.309.666	2.304.543
Ativo não Circulante		29.275.331	28.095.503
Instrumentos Financeiros		26.826.459	25.706.470
Operações de Crédito	6	26.826.459	25.706.470
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6.e	(1.606.952)	(1.533.067)
Outros Ativos	8	992.517	1.023.976
Ativos Fiscais Diferidos	7	2.739.879	2.577.472
Investimentos	9	314.754	307.927
Participações em Coligadas e Controladas		306.295	298.817
Ativo		8.459	9.110
Imobilizado de Uso Intangível	10	5.261	6.608
	11	3.413	6.117
Total do Ativo		54.518.702	50.196.759

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Reservas de Lucros		Reservas Estatutárias	Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Reserva Legal		Próprios	Lucros		
Saldos em 31 de Dezembro de 2019		857.516	116.255	1.659	58	-	975.488	
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(4)	-	(4)	
Lucro Líquido		-	-	-	-	400.744	400.744	
Reserva Legal		-	20.037	-	-	(2.037)	-	
Reserva para Equalização de Dividendos		-	-	190.354	-	(190.354)	-	
Reserva para Reforço de Capital de Giro		-	-	190.353	-	(190.353)	-	
Saldos em 30 de Junho de 2020		857.516	136.292	382.366	54	-	1.376.228	
Saldos em 31 de Dezembro de 2020		857.516	153.421	531.268	67	-	1.542.272	
Lucro Líquido		-	-	-	-	730.031	730.031	
Reserva Legal		-	36.501	-	-	(36.501)	-	
Reserva para Equalização de Dividendos		-	-	346.765	-	(346.765)	-	
Reserva para Reforço de Capital de Giro		-	-	346.765	-	(346.765)	-	
Saldos em 30 de Junho de 2021		857.516	189.922	1.224.798	67	-	2.272.303	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI), constituída na forma de sociedade anônima e, como instituição financeira, é regulada pelo Banco Central do Brasil. É uma companhia subsidiária integral controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) e tem por objeto social a realização de operações de crédito, financiamento e empréstimo em geral, incluindo, mas não se limitando, financiamento para capital de giro e para aquisição de bens e serviços, e demais atividades permitidas pela legislação e regulamentação em vigor. As operações da Aymoré CFI são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre a Aymoré CFI e o Banco Santander, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Aymoré CFI, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (CPC), Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

A Aymoré CFI é controlada pelo Banco Santander, investimentos estes que totalizam o equivalente à 100% do capital Social da Aymoré CFI (Nota 15.a). As normas do Bacen preveem a apresentação de demonstrações financeiras de liquidez com base no âmbito de remessa de documentos ao Bacen. A não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas pela controladora.

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as Demonstrações Financeiras de 30 de Junho de 2021. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciamento em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

Em 27 de maio de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.911 que passará a vigorar em 1º de janeiro de 2022 e propõem alterações nos documentos e divulgações. A resolução determina a extinção de algumas informações de liquidez com base na consolidação no âmbito de remessa de documentos ao Bacen. A referida norma não traz impactos em estas Demonstrações Financeiras.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de Junho de 2021, na reunião realizada em 27 de agosto de 2021.

3. Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, *pro rata* dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Aymoré CFI.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com reversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Aymoré CFI.

f) Títulos e Valores Mobiliários
A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada, conforme Circular nº 3.068, pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
 - II - títulos disponíveis para venda; e
 - III - títulos mantidos até o vencimento.
- Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativamente e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira da Aymoré de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia. As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

A Aymoré classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluindo títulos da dívida pública, ações e derivativos listados. Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro, ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente. Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros, utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes e do método do valor presente.

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, a Aymoré CFI utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando obter o melhor e mais adequado valor de mercado observáveis em um mercado ativo.

Instrumentos de baixa de liquidez. Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

Os instrumentos financeiros da Aymoré CFI avaliados e registrados pelo seu valor justo são precificados como nível 2.

g) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. E demonstra pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados *pro rata* até a data do balanço. Para operações de crédito, a Aymoré CFI utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando obter o melhor e mais adequado valor de mercado observáveis em um mercado ativo.

A Aymoré CFI efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.695/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passaram a ter seus resultados reconhecidos nos períodos de alta liquidez das operações, e os ativos financeiros objetos das cessões permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou transferência de ativos financeiros.

Em 30 de junho de 2021, os passivos totais atingiram R\$ 52.246 (31/12/2020 - R\$ 48.654 milhões), representados principalmente pelo montante de depósitos R\$ 49.922 milhões (31/12/2020 - R\$ 46.015 milhões).

Outras Informações

A política de atuação da Aymoré CFI na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

A Aymoré CFI informa que no semestre findo em 30 de junho de 2021, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente do Banco Santander e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras.

Ademais, a Aymoré CFI confirma que a PwC representa à sua Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras da Aymoré CFI. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes durante o semestre findo em 30 de junho de 2021, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 27 de agosto de 2021.

		01/01 a		01/01 a	
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
<i>Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado</i>					
		Nota	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2020
Receitas da Intermediação Financeira			4.335.554	3.877.313	3.877.313
Operações de Crédito			4.313.897	3.852.543	3.852.543
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários			21.657	24.770	24.770
Despesas da Intermediação Financeira			(2.266.146)	(2.395.710)	(2.395.710)
Operações de Criação do Mercado			(1.230.934)	(1.228.865)	(1.228.865)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.e		(1.035.212)	(1.166.845)	(1.166.845)
Resultado antes da Imputação de Impostos			2.069.408	1.481.502	1.481.502
Outras Recreitas (Despesas) Operacionais			(926.659)	(891.340)	(891.340)
Receitas de Prestação de Serviços	17		40.473	69.146	69.146
Rendas de Tarifas Bancárias	17		238.926	187.381	187.381
Despesas de Pessoal	18		(90.610)	(100.378)	(100.378)
Outras Despesas Administrativas	19		(413.782)	(438.885)	(438.885)
Despesas Tributárias	7.d		(183.107)	(170.065)	(170.065)
Resultado de Participação em Controladas	9		14.863	13.440	13.440
Outras Receitas Operacionais	20		263.889	218.904	218.904
Outras Despesas Operacionais	21		(797.311)	(691.483)	(691.483)
Resultado Operacional			1.142.749	589.663	589.663
Resultado não Operacional			(1.131)	(1.443)	(1.443)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações			1.141.618	588.220	588.220
Imposto de Renda e Contribuição Social	7.c		(396.385)	(169.490)	(169.490)
Provisão para Imposto de Renda			(348.148)	(218.910)	(218.910)
Provisão para Contribuição Social			(210.631)	(149.507)	(149.507)
Ativo Fiscal Diferido			162.394	198.927	198.927
Participações no Lucro Líquido			(15.202)	(17.986)	(17.986)
Lucro Líquido			730.031	400.744	400.744
Nº de Ações (Mil)	15.a		2.877.066	2.877.066	2.877.066
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)			253,74	139,29	139,29

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

		01/01 a		01/01 a	
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE					
<i>Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado</i>					
		Nota	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2020
Lucro Líquido do Semestre			730.031	400.744	400.744
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:			-	(4)	(4)
Plano de Benefícios			-	(4)	(4)
Plano de Benefícios			-	(6)	(6)
Imposto de Renda			-	(4)	(4)
Resultado Abrangente do Semestre			730.031	400.740	400.740

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

		01/01 a		01/01 a	
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA					
<i>Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado</i>					
		Nota	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2020
Atividades Operacionais			730.031	400.744	400.744
Lucro Líquido			730.031	400.744	400.744
Ajustes ao Lucro Líquido			907.458	1.034.756	1.034.756
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.e		1.035.212	1.166.845	1.166.845
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	14.c		39.820	70.693	70.693

As informações relativas a 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. Títulos e Valores Mobiliários

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	30/06/2021		31/12/2020	
	Valor do Custo Amortizado ^(a)	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda				
Títulos Privados	2.168.260	2.168.260	-	-
Cotas de Fundos de Investimentos ^{(b) (c)}	2.168.260	2.168.260	-	-
Títulos para Negociação				
Títulos Privados	-	-	254.343	254.343
Cotas de Fundos de Investimentos ^{(b) (c)}	-	-	254.343	254.343
Total	2.168.260	2.168.260	254.343	254.343

II) Abertura por Vencimento

	30/06/2021		31/12/2020	
	Sem Vencimento	Total	Sem Vencimento	Total
Títulos Disponíveis para Venda				
Títulos Privados	2.168.260	2.168.260	-	-
Cotas de Fundos de Investimentos ^{(b) (c)}	2.168.260	2.168.260	-	-
Títulos para Negociação				
Títulos Privados	-	-	254.343	254.343
Cotas de Fundos de Investimentos ^{(b) (c)}	-	-	254.343	254.343
Total	2.168.260	2.168.260	254.343	254.343

Em 31 de dezembro de 2020, a carteira do Fundo de Investimento estava composta basicamente por operações de compravenda vinculadas a títulos públicos e Letras Financeiras do Tesouro - LFT.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, houve a reclassificação de títulos disponíveis para venda para títulos em negociação referente às Cotas de Fundo de Investimento da empresa Aymoré CFI na sociedade Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2021, houve a alteração dos colistas dos Fundos Amazonas e Hermes para Aymoré CFI.

Em 30 de junho de 2021, as carteiras dos Fundos de Investimento estão compostas basicamente por ações de companhias abertas e debêntures.

O valor do custo amortizado/contábil é equivalente ao valor de mercado.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Aymoré CFI não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

6. Carteira de Créditos e Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa

a) Carteira de Créditos

	30/06/2021	31/12/2020
Operações de Crédito	48.207.186	45.972.350
Financiamentos	46.801.946	45.220.659
Empréstimos e Títulos Descontados	1.405.240	751.691
Outros Ativos	2.586.298	2.569.905
Títulos e Créditos a Receber ⁽¹⁾ (Nota 8)	2.586.298	2.569.905
Total	50.793.484	48.542.255

(1) Referem-se, substancialmente, a créditos adquiridos de lojistas.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	30/06/2021	31/12/2020
Vencidas	813.000	641.876
A Vencer ⁽¹⁾ :		
Até 3 Meses	7.050.113	6.699.699
De 3 a 12 Meses	16.500.255	15.706.514
Acima de 12 Meses	26.430.066	25.494.166
Total	50.793.484	48.542.255

(1) A abertura de prazo é feita considerando o vencimento das parcelas.

c) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	30/06/2021	31/12/2020
Setor Privado		
Indústria	449.399	394.069
Comércio	1.507.353	1.471.951
Instituições Financeiras	5.102	5.180
Serviços e Outros	3.127.953	2.331.232
Pessoas Físicas	45.692.506	44.329.871
Agricultura	11.171	9.952
Total	50.793.484	48.542.255

d) Carteira de Créditos e da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	Carteira de Créditos				Provisão		
	% Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional	Total
AA	0%	16.889.283	-	16.889.283	-	-	-
A	0,5%	23.096.645	-	23.096.645	115.483	-	115.483
B	1%	3.945.200	1.059.948	5.005.148	50.051	-	50.051
C	3%	1.109.166	1.065.438	2.174.604	65.238	-	65.238
D	10%	428.574	614.880	1.043.454	104.347	99.872	204.219
E	30%	106.836	415.155	521.991	156.599	140.137	296.736
F	50%	74.443	349.332	423.775	211.887	84.543	296.430
G	70%	61.819	243.515	305.334	213.735	91.447	305.182
H	100%	235.727	1.097.523	1.333.250	1.333.250	-	1.333.250
Total		45.947.693	4.845.791	50.793.484	2.250.590	379.999	2.630.589

Nível de Risco	Carteira de Créditos				Provisão		
	% Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional	Total
AA	0%	10.687.054	-	10.687.054	-	-	-
A	0,5%	28.168.810	-	28.168.810	140.844	-	140.844
B	1%	3.784.923	780.214	4.565.147	45.652	-	45.652
C	3%	1.040.273	815.925	1.856.198	55.686	-	55.686
D	10%	490.600	452.608	943.208	94.321	142.724	237.045
E	30%	102.362	365.190	467.552	140.265	93.277	233.542
F	50%	79.326	257.052	336.378	168.189	67.107	235.296
G	70%	47.511	209.223	256.734	179.713	76.892	256.605
H	100%	238.764	1.022.420	1.261.184	1.261.185	-	1.261.185
Total		44.639.623	3.902.632	48.542.255	2.065.855	380.000	2.465.855

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

e) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Saldo Inicial	2.465.855	1.730.486
Constituições Liquidadas das Reversões	-	1.166.845
Reversões	(870.478)	(925.995)
Saldo Final	2.630.589	1.971.336
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	106.861	82.155

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica operações de crédito.

f) Créditos Renegociados

	30/06/2021	31/12/2020
Créditos Renegociados	2.785.461	3.916.570
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(811.913)	(855.057)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	29%	22%

7. Ativos e Passivos Fiscais

a) Créditos Tributários

a.1) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Origens		Saldo em 31/12/2020	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2021
	30/06/2021	31/12/2020				
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.037.492	4.777.270	1.910.909	420.692	(274.625)	2.056.976
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	173.646	187.255	74.902	21.569	(25.537)	70.934
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.267.008	1.259.279	501.325	4.084	(992)	504.417
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	170.904	167.936	67.175	9.230	(7.189)	69.216
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	15.386	16.796	6.718	6.081	(6.529)	6.270
Outras Provisões Temporárias ⁽¹⁾	78.767	41.891	16.443	15.623	-	32.066
Total dos Créditos Tributários	6.743.203	6.450.427	2.577.472	477.279	(314.872)	2.739.879

(1) Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativa e de depósitos judiciais.

A Aymoré CFI não possui créditos tributários não ativos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

O registro contábil dos Ativos Fiscais Diferidos nas demonstrações financeiras da Aymore CFI foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15.

a.2) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Diferenças Temporárias			Total Registrado
	IRPJ	CSLL	Total Registrado	
2021	225.363	180.307	405.670	
2022	452.842	271.730	724.572	
2023	449.209	269.550	718.758	
2024	230.632	138.420	369.052	
2025	322.751	191.265	514.016	
2026 a 2030	4.882	2.929	7.812	
Total	1.685.679	1.054.200	2.739.879	

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros. Com base na Resolução CMN 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

a.3) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$ 2.602.209 (31/12/2020 - 2.441.281), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

b) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	30/06/2021	31/12/2020
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	380.434	485.159
Provisão para Tributos Diferidos	39	39
Impostos e Contribuições a Pagar	47.341	42.414
Total	427.814	527.612

b.1) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2020	Constituição/Realização	Saldo em 30/06/2021
Mais Valia dos Intangíveis da Super Pagamentos	39	-	39
Total	39	-	39

b.2) Expectativa de Realização dos Passivos Fiscais Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias		
	IRPJ	CSLL	Total
2021	4	3	7
2022	8	5	13
2023	8	5	13
2024	4	2	6
Total	24	15	39

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	1.141.618	588.220
Participações no Lucro ⁽¹⁾	(15.202)	(17.986)
Resultado antes dos Impostos	1.126.416	570.234
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Aliquotas de 25% e 15%	(450.566)	(228.094)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	5.945	5.376
Despesas Indecluíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	814	3.153
Demais Ajustes	-	45.730
Outros Ajustes	47.422	4.345
Imposto de Renda e Contribuição Social	(396.385)	(169.490)

(1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

d) Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Despesas com Cofins	138.172	120.897
Despesas com PIS	22.453	21.512
Despesas com ISS	14.268	13.831
Atualizações de Impostos e Contribuições ⁽¹⁾	8.146	13.682
Outras	68	143
Total	183.107	170.065

(1) Inclui atualizações das provisões para o PIS e Cofins da Lei 9.718/1998.

8. Outros Ativos

	30/06/2021	31/12/2020
Títulos e Créditos a Receber (Nota 6.a)	2.586.298	2.569.906
Devedores por Depósitos em Garantia	387.324	392.899
Para Interposição de Recursos Fiscais	77.520	87.180
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	103.977	112.399
Impostos e Contribuições a Compensar	33.930	39.509
Valores a Receber - Subsídio de Taxa de Equalização de Financiamento	1.200	1.830
Aciantamentos Salariais	3.148	1.215
Outros	81.574	89.633
Rendas a Receber	18.490	30.978
Outros Valores e Bens	1.874	953
Despesas Antecipadas	1.748	2.018
Total	3.302.183	3.328.519

9. Participações em Controladas

	30/06/2021		30/06/2020	
	Quantidade de Ações Possuídas (Mil)	Participação Direta	Quantidade de Ações Possuídas (Mil)	Participação Direta
Investimento				
Banco PSA Finance Brasil S.A. (Banco PSA)	105	50%	105	50%
Banco Hyundai Capital Brasil S.A. (Banco Hyundai)	150.000	50%	150.000	50%
Patrimônio Líquido				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

II) SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estivessem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Grupo. Este novo programa contempla as modalidades PGBl- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Icatu Seguros, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	Banesprev	
	30/06/2021	30/06/2020
Cconciliação dos Ativos e Passivos		
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(68)	(81)
Valor Justo dos Ativos do Plano	177	191
Sendo:		
Superávit	109	110
Valor não Reconhecido como Ativo	11	11
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido	98	99
Receitas (Despesas) Reconhecidas	2	(2)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	101	103
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	4	(1)

Principais Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

- Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial: 7,46% (2019 - 9,1%);
- Taxa para cálculo do juro sobre os ativos, para exercício seguinte: 7,46% (2019 - 9,1%);
- Taxa estimada de inflação no longo prazo: 3,5% (2019 - 4,0%);
- Taxa estimada de aumento nominal dos salários: 4,0% (2019 - 5,0%); e
- Tábua biométrica de mortalidade geral: AT2000 (2019 - AT2000).

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banesprev	
	30/06/2021	30/06/2020
Experiência do Plano	1	(1)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	1	(1)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	2	8
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	2	8
Mudança no Superávit Irrecuperável	-	(1)

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, válidos para 30 de junho de 2021 e de 2019:

	Duração (em anos)	
	31/12/2020	31/12/2019
Sanprev II	11,90	11,62

II) Santander Previ

Dentre os planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar ligadas ao Banco Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de contribuição definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. O valor apropriado ao semestre de 2021 em despesas de pessoal referente ao plano foi de R\$587 (31/12/2020 - R\$769).

III) SBPREV

A partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estivessem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Grupo. Este novo programa contempla as modalidades PGBl- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Icatu Seguros, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos. Os valores apropriados pelas patrocinadoras no primeiro semestre de 2021 foram de R\$96 (31/12/2020 - R\$224).

b) Remuneração com Base em Ações

O Conglomerado Santander possui dois programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações, o Programa Global e o Programa Local. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva. No primeiro semestre de 2020, não foram registradas despesas "pro rata" para os programas de remuneração baseado em ações.

23. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN nº 3.198/2004, a Aymoré CFI aderiu ao Comitê de Auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

DIRETORIA

Diretor Presidente

Angel Santodomingo Martell

Diretores Executivos

Andre de Carvalho Novaes

Marino Alexandre Calheiros Aguiar

Antonio Pardo de Santayana Montes

Ricardo Olivare de Magalhães

Contador

Diego Santos Almeida - CRC nº 1SP 316054/ O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a

relatar a esse respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

c) Efeitos da Pandemia - COVID-19

A Administração monitora os efeitos da pandemia do COVID-19 que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados.

O Companhia mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades.

Até a data desta divulgação, a Companhia não identificou impactos significativos em suas operações.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

d) Resultados recorrentes/não recorrentes

	Resultado Recorrente	Resultado Não Recorrente	01/01 a 30/06/2021	Resultado Recorrente	Resultado Não Recorrente	01/01 a 30/06/2020
Receitas de Intermediação						
Financeira	4.335.554	-	4.335.554	3.877.313	-	3.877.313
Despesas de Intermediação Financeira	(2.266.146)	-	(2.266.146)	(2.395.710)	-	(2.395.710)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	2.069.408	-	2.069.408	1.481.603	-	1.481.603
Outras Receitas (Despesas)						
Operacionais ⁽¹⁾⁽²⁾	(926.008)	(651)	(926.659)	(923.078)	(31.138)	(891.940)
Resultado Operacional	1.143.400	(651)	1.142.749	620.801	(31.138)	589.663
Resultado Não Operacional	(1.131)	-	(1.131)	(1.443)	-	(1,443)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	1.142.269	(651)	1.141.618	619.358	(31.138)	588.220
Imposto de Renda e Contribuição Social ⁽¹⁾	(396.645)	260	(396.385)	(181.945)	12.455	(169.490)
Participações no Lucro	(15.202)	-	(15.202)	(17.986)	-	(17.986)
Lucro Líquido	730.422	(391)	730.031	419.427	(18.683)	400.744

⁽¹⁾ Amortização de ágio em intangíveis reconhecido em outras despesas administrativas no valor antes de tributos de R\$651 (30/06/2020 - R\$651), com impacto líquido de tributos de R\$391 (30/06/2020 - R\$391).

⁽²⁾ Ação de Apoio ao Combate à COVID-19 reconhecida como outras despesas operacionais em 2020, com impacto antes de tributos valor de R\$30.487 (líquido de tributos, R\$ 18.292).



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 27 de agosto de 2021

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3